SINESP
INDEPENDÊNCIA, FORÇA E LUTA

Jornal Sinesp

Filiado a: DIEESE - MOSAP - DIAP ISSN 2359-5507

(11) 3116-8400 YouTube sinespsp

Publicação do Sindicato dos Especialistas de Educação do Ensino Público Municipal de São Paulo www.sinesp.org.br *Nº 285/Janeiro/2026*

CAMPANHA SALARIAL 2026

Participação da categoria será esssencial

Leia na pág 3

Ano de lutas e desafios exige forte mobilização da categoria

Conquistar a valorização profissional, o fortalecimento da carreira e do concurso e derrotar a política privatista da gestão municipal exige muita união e participação - **Leia o editorial na pág. 2**

Governo inicia o ano com ampliação do ataque privatista

SINESP se reuniu com os CREPs para analisar as medidas da SME e organizar a luta contra o comunicado nº 8

O ataque privatista da prefeitura à educação pública teve, no ano passado, a implementação da Lei 18.221/24, com o afastamento de 25 diretores de escola. O governo usou argumentos descontextualizados e insustentáveis para justificar o afastamento, como as notas no IDEB, e impôs um curso vazio, que nada acrescentou aos afastados e à organização administrativa e pedagógica das escolas.

Mal 2026 iniciou, e a atual administração anuncia, por meio da SME, um passo a mais em seu plano de privatização das UEs da RME. O Comunicado nº 8 da SME, de 15/1/26, estabeleceu uma suposta "consulta pública", que nada mais é que um instrumento para tentar legitimar o projeto privatista do prefeito, com a entrega a gestão das escolas à iniciativa privada, disfarçada em OSs.

Mobilização já começou

O SINESP encampou fortemente a denúncia e a luta contra o afastamento e em defesa dos 25 diretores e diretoras. E iniciou este ano com a organização da luta contra mais este ataque privatista de Ricardo Nunes.

A defesa do uso da verba pública da educação exclusivamente na escola pública e estatal é um princípio que o SINESP não abre mão. Recursos públicos da educação devem fortalecer a rede direta.

No mesmo sentido vai a defesa do concurso público e da carreira. O SINESP nasceu sob essa bandeira e estará sempre à frente da luta contra a privatização, pelo fortalecimento dos serviços públicos e pela valorização dos servidores de carreira.

Agenda de lutas

A reunião realizada com os conselheiros teve o objetivo de organizar a luta da categoria nesse início de ano, com a construção de estratégias para o enfrentamento aos ataques à gestão educacional. Nesse sentido, a ação articulada e o diálogo com todos os trabalhadores da educação e com as comunidades é essencial. O apoio da população é importantíssimo para essa mobilização.

Entre na luta com o SINESP

Congresso do SINESP definiu lutas para 2026

O 28º Congresso do SINESP, realizado em setembro/25, discutiu a defesa da Educação Pública em um contexto de luta contra a intensificação dos ataques privatistas neoliberais no estado e no município de São Paulo.

As mesas trataram de temas atuais e fundamentais para a organização da sociedade e o trabalho nas unidades educacionais. Ataques contra a educação estatal, privatizações, educação antirracista, meio ambiente, tecnologia, sustentabilidade e outros temas relevantes estiveram em pauta.

Os congressistas se organizaram em grupos e em plenária para definir os princípios e lutas que norteiam o SINESP em 2026, ano que se apresenta desafiador e cheio de embates para a categoria, para a educação pública e para toda a sociedade.

No site do SINESP estão os princípios e lutas aprovados no 28º Congresso. Utilize o QR-Code para acessar. Conhecer as lutas é decisivo para a categoria se preparar para os desafios.

Boa leitura e vamos à luta!

DESCONGELAMENTO DO TEMPO NA PANDEMIA

Aprovação do PLP 143/21 é vitória de uma grande luta em que o SINESP foi essencial - Pág. 3

Foto: Acervo SINESP



NÃO À PRIVATIZAÇÃO!

Luta contra a Lei 18.221/24 continua!

Ela é a porta de entrada para os ataques privatistas da prefeitura contra a educação e os educadores - Pág 4

Expediente

Jornal do SINESP é uma publicação do Sindicato dos Especialistas de Educação do Ensino Público Municipal de São Paulo. Responsabilidade da diretoria.

Diretoria 2024-2027

Presidente:
Norma Lúcia Andrade dos Santos

Vice-Presidente:
Letícia Grisólio Dias

Secretária Geral:
Rosana Capputi Borges

Vice-Secretária Geral:
Denise Regina da Costa Aguiar

Diretor de Adm. Financeira: João Alberto Rodrigues de Souza *(In memoriam)*

Vice-Diretora de Adm. Financeira:
Sonia Maria Ferrarez Rodrigues

Diretor p/ Assuntos de Legislação e Defesa dos Direitos dos Filiados:
Douglas Eduardo Rosa

Vice-Diretora p/ Assuntos de Legislação e Defesa dos Direitos dos Filiados:
Valéria Leão Ramos

Diretora de Eventos Educacionais:
Rosa Maria Pereira de Araújo Correa

Vice-Diretor de Eventos Educacionais:
Emilio Celso de Oliveira

Diretora Cultural:
Alcina Carvalho Hatzlhoffer

Vice-Diretora Cultural:
Egle Prescher Iaconelli

Diretor de Imprensa:
Rui Ferreira da Silva Junior

Vice-Diretora de Imprensa:
Márcia Fonseca Simões

Diretora de Políticas Sociais:
Maura Maria da Silva

Vice-Diretora de Políticas Sociais:
Regina Cleia Almeida

Diretor de Organização Sindical:
André Luiz Bafume

Vice-Diretora de Organização Sindical:
Flordelice Magna Ferreira

Conselho Fiscal

Titulares: Getúlio Marcio Soares, Marcia Gargiulo Krause, Thellma Figueiredo de Souza

Suplentes: Edilene de Fátima Clemente, Janete Silva de Oliveira, Patricia Andreotti Giroldo

Produção

Imprensa SINESP: José Bergamini (MTB 23.668/SP), Kleber Pereira Pinto (MTB 72.985/SP), Pedro Costantini (MTB 96.233/SP) e Laidert Castelo Branco
Diretores: Rui Ferreira Jr. e Márcia Fonseca Simões
Impressão: Formacerta (2081-6000)
Tiragem: 13.000 exemplares

Endereço

Sede: Rua Líbero Badaró, 158, 21º andar, Centro, São Paulo/SP, CEP 01008-904, fone 3116-8400
CFCL Benê do SINESP: Pça. Dom José Gaspar, 30, 3º andar Centro, São Paulo/SP, CEP 01047-010, fone 3255-9794 - www.sinesp.org.br

WhatsApp (11) 3116-8400

EDITORIAL

Muitos desafios para 2026

O SINESP realizou diversas lutas em 2025, em defesa das demandas da categoria, sem esquecer da luta política geral, que tem impacto direto sobre o dia a dia de toda a população.

Ficou evidenciado, mais uma vez, que as decisões políticas e econômicas tomadas em âmbito nacional e estadual têm forte repercussão sobre o funcionalismo municipal ativo e aposentado, sobre os profissionais da educação e sobre a população.

As ações do prefeito Ricardo Nunes seguem a política do Governo Estadual de Tarcísio de Freitas. Há uma aliança entre eles voltada para a privatização de bens e serviços públicos e para ataques à educação estatal e aos servidores da educação.

O afastamento dos 25 diretores de escola deu o tom dessa necropolítica. 2026 começou com uma pseudo-consulta pública da SME, que foi feita para "justificar" a intenção política de terceirizar todos os setores e profissionais das unidades educacionais que serão construídas.

O cenário é desafiador e, para enfrentá-lo, o SINESP tem uma pauta de lutas em defesa da gestão educacional e dos demais profissionais que compõem a carreira, porque a destruição da educação é letal para ativos e também para aposentados, que têm vivido os últimos anos sob o risco permanente de insolvência do regime previdenciário.

Ano eleitoral aprofunda disputas ideológicas e intensifica lutas por direitos

Muitas lutas estão postas e muitas outras se apresentarão em 2026, oriundas de Brasília, do Estado e do Município de São Paulo. Independentemente de onde venham, é preciso à categoria estar alerta, antecipar-se, manter-se organizada, porque a batalha de versões será intensa, com uma inundação de notícias falsas.

Depois do ataque criminoso dos EUA e das ameaças a diversos países, está óbvio que o governo estadunidense fará de tudo para influenciar as eleições brasileiras. É, portanto, fundamental que cada filiado entenda a importância que tem em prol dos candidatos que não atacarão os serviços e os servidores públicos, mas que lutarão para defendê-los nessa guerra de narrativas que será frenética neste ano de pleito.

> Ano inicia com o enorme desafio de barrar a política privatista do prefeito, conquistar a valorização da categoria e fortalecer o concurso e a carreira

O ano de 2026 é crucial para um conjunto de definições sobre os rumos do Brasil e de São Paulo, estado e município, quando olhamos especialmente o cenário eleitoral que está em franco desenvolvimento e que exigirá acompanhamento permanente. O pleito terá papel fundamental sobre os caminhos da administração pública, indicando os rumos dos investimentos do Estado e a permanência, ou não, das políticas privatistas e de ataques diretos ao funcionalismo público, aplicadas por Tarcísio de Freitas e Ricardo Nunes.

Ações e lutas permanentes

A presença constante de Dirigentes, Conselheiros e Filiados do SINESP em Brasília mostrou como as decisões do Congresso Nacional têm sido fundamentais para ratificar os direitos dos servidores públicos ou para desmontá-los, por isso a eleição do Poder Legislativo se mostra um ponto de total atenção. A manutenção de um Congresso conservador ou sua ampliação podem ser terríveis para o funcionalismo e um sinal de destruição de direitos consolidados de ativos e aposentados.

Para além das lutas políticas nacionais e estaduais, que interferem na vida e no bem-estar de toda a sociedade, o SINESP está empenhado na defesa das pautas da categoria, em defesa da uma educação pública estatal, laica e de qualidade.

É preciso ampliar a mobilização contra a PEC 38/2025 (Reforma Administrativa), que configura mais um ataque ao funcionalismo público em geral; pela aprovação no STF das ADIs contra a reforma da previdência de 2019; pela revogação da Lei Municipal 18.221/2024 e seus desdobramentos contra os profissionais da educação; contra a (EC) 136/2025, que permite a União, estados e municípios o parcelamento de suas dívidas previdenciárias e impõe limites orçamentários para o pagamento de precatórios.

O SINESP conta com a categoria para enfrentar os desmandos da Gestão Nunes e suas ações privatistas, em uma campanha salarial que será marcada por luta sem precedentes por melhores condições de trabalho e por investimentos em saúde para os profissionais da educação, mais adoecidos a cada ano, como mostram as últimas pesquisas do Retrato da Rede.

A mobilização é fundamental, também, para que os profissionais readaptados, que já sofrem com o adoecimento profissional, não sejam ainda mais penalizados por medidas cruéis da prefeitura, com a retirada de direitos garantidos pela Lei e, pior, com a diminuição dos rendimentos em um momento dramático de vida. O SINESP não aceita e luta incessantemente pela revogação de medidas injustas e arbitrárias e conta com o apoio decisivo de toda a categoria!

Organização e combatividade

O SINESP está firme nas lutas que marcam sua trajetória, na mobilização de profissionais da RME de São Paulo em defesa dos pontos específicos de valorização profissional e melhores condições de trabalho, em pautas permanentes e cotidianas, e soma-se às lutas gerais, de interesse do povo brasileiro, que causam impactos nas vidas de todos.

Para além das lutas já citadas, ficou definido, em nosso 28º Congresso, uma pauta de enfrentamentos abrangente, que inclui a defesa do meio ambiente, a luta antirracista, por uma gestão pública democrática e que garanta que os recursos orçamentários sejam bem administrados. É uma pauta de enfrentamento ao neoliberalismo.

O SINESP cobra firmemente negociações com a administração municipal e se empenha na mobilização cada vez maior de profissionais da educação da cidade de São Paulo e das comunidades escolares, na Campanha Salarial de 2026, e na defesa intransigente da categoria frente aos ataques da gestão municipal.

Este será mais um ano de muita organização e combatividade, características que consolidaram o SINESP como um sindicato com Independência, Força e Luta!

Campanha Salarial

Mobilização é essencial para alcançar conquistas

A Campanha Salarial de 2025 foi marcada pelo absurdo reajuste parcelado em dois anos, com 2,6% em maio de 2025 e 2,55% em maio de 2026.

Os servidores municipais realizaram uma forte luta, e durante a assembleia que votou pela suspensão da greve aprovaram também a mobilização contínua da categoria.

O SINESP, junto à COEDUC, teve papel fundamental na negociação com a SME para garantir que a prefeitura retirasse a sua tentativa de judicialização da greve, algo até então inédito na história do município.

Ainda em 2025, a COEDUC se reuniu com a Secretaria de Gestão para iniciar as conversas sobre a campanha salarial de 2026. As entidades propuseram o adiantamento da segunda parte do reajuste, mas a Secretaria não acatou à solicitação.

O ano de 2026 promete ser repleto de desafios, e por isso é muito importante que a categoria esteja amplamente mobilizada para as lutas que virão.

As lutas por valorização do serviço público e pelo fim do confisco das aposentadorias serão prioridade na Campanha Salarial de 2026.

O SINESP conquistou importantes vitórias judiciais em 2025, e em 2026 vamos lutar nas ruas por conquistas ainda mais importantes!

Com a categoria mobilizada seguiremos defendendo o serviço público e a escola pública estatal!

Aprovação do PLP do Descongelamento mostra importância da mobilização

O Descongelamento dos dias trabalhados pelos servidores públicos durante a pandemia de Covid-19 foi aprovado no Congresso Nacional e sancionado pelo Presidente Lula.

O PLP 143/2020, apresentado pela então Deputada Federal Professora Dorinha Seabra (DEM/TO), hoje senadora pelo União Brasil, teve a ele apensado o PLP 21/2023, de autoria da filiada do SINESP Deputada Profª Luciene Cavalcante (PSOL-SP).

O projeto aprovado corrige uma injustiça histórica cometida pela Lei Complementar (LC) 173/2020, do governo Bolsonaro, que congelou 583 dias de serviço dos funcionários públicos que trabalharam incansavelmente durante a pandemia. Essa lei absurda, além de roubar quase dois anos dos servidores, afetou ainda direitos como anuênio, quinquênio e sexta parte.

A aprovação do Descongelamento é uma conquista que mostra a força da mobilização dos servidores públicos e teve o SINESP como grande protagonista dessa luta. Desde a aprovação da LC 173/2020, o Sindicato se organizou e se mobilizou pela reversão do congelamento.

O SINESP organizou, nesse período de luta intensa, mobilização contínua da base, ações em São Paulo e em Brasília com a participação de dirigentes, conselheiros e filiados nas Casas Legislativas, em diálogo permanente com parlamentares, lobby sindical, negociação e pressão sobre deputados e senadores.

Deu certo! O projeto seguiu para sanção presidencial e, em 2026, será discutido nas esferas municipais, uma vez que a retroatividade não é automática e depende de pressão sobre os entes municipais.

O SINESP convoca toda a categoria para seguir mobilizada em 2026 até que os efeitos nocivos da LC 173/20 sejam sepultados de forma definitiva e os 583 dias roubados dos servidores públicos sejam devolvidos.

Fotos: Acervo SINESP



Diretoria e CREP do SINESP em reunião com a Dep. Profª Luciene Cavalcante, em Brasília



Diretoria e do SINESP em luta em Brasília



Diretoria e CREP do SINESP no Senado com Senadora Dorinha (União - TO)



Diretoria e do SINESP em luta em Brasília



Presidente do SINESP, Norma Lúcia, no Senado após aprovação do descongelamento

PMSP usa Lei 18.221 para atacar educação

Foto: Acervo SINESP



Norma Lucia, Presidente do SINESP, fala com diretores afastados de escolas dirante o 28º Congresso do SINESP

O ano de 2025 foi marcado por embates contra a Lei 18.221/24, aprovada no apagar das luzes em 2024, e os desdobramentos perversos derivados dessa legislação.

A Lei 18.221 permite mudanças absurdas e ataques profundos aos direitos dos profissionais da educação com alterações no estatuto do magistério e no regime jurídico dos funcionários públicos, todos voltados para prejudicar a categoria, funcional e financeiramente.

Entre os desdobramentos dessa Lei perversa, está o afastamento de diretores de escola acusados injustamente de não atingirem índices de satisfação em avaliações externas impostas pela PMSP sem nenhum embasamento plausível. Cabe ressaltar que o SINESP é veementemente contrário a essa prática avaliativa que em nada contribui para o processo educativo. Esses diretores foram obrigados a participar de um curso formativo que não atende o projeto político pedagógico das unidades educacionais e nem sequer tem aplicabilidade no fazer diário dos diretores.

Outro desdobramento da Lei 18.221/24 foi a maldade praticada contra os profissionais readaptados com alterações no processo consolidado de escolha de classes e na retirada desses profissionais da JEIF, implicando perda significativa de salário a esses trabalhadores.

Para mais informações sobre a Lei 18.221/24 escaneie o QR-Code

A Lei 18.221/24 é a porta de entrada para uma série de ataques que a PMSP deseja implementar contra a educação e os educadores, com vistas escancaradas à privatização, primeiro da gestão, e depois de toda a educação. Contra isso, o SINESP entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF), solicitando a revogação da Lei em sua totalidade.

Essa luta importante para a categoria em 2026, por isso o SINESP convoca todos os filiados para a organização e o envolvimento da comunidade escolar no combate a essa legislação que visa ao desmonte da educação pública estatal e à destruição da carreira.

SINESP participa de ação da OAB contra a PEC do Calote - EC 136/25

A Emenda Constitucional (EC) 136/2025, oriunda da "PEC do Calote", foi aprovada pelo Poder Legislativo e sancionada pela União no último mês de setembro. O texto permite que estados, municípios e o Distrito Federal reservem um percentual menor da receita corrente líquida para o pagamento de precatórios.

Além de aumentar o tempo de espera dos servidores com precatórios a receber, a lei altera, para baixo, a correção monetária dos títulos devidos ao funcionalismo público.

Uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) da Ordem dos Advogados do Brasil questiona no Supremo Tribunal Federal (STF) a constitucionalidade da EC 136/2025 e o SINESP solicitou a admissão como "amicus curiae" neste processo. Com isso, a luta contra essa legislação prejudicial aos servidores públicos segue em 2026 na esfera jurídica e o SINESP convoca toda a categoria para se engajar no combate a essa lei que prejudica todo o funcionalismo.

Eleição de RELTS e CREPs acontece nos meses de fevereiro e março

A organização democrática do sindicato é uma base fundamental para a força e união da categoria. E no centro disso estão os Representantes dos Locais de Trabalho (RELTs), o Conselho de Representantes (CREP), e as reuniões de aposentados. Sem esses espaços, não seria possível o sindicato encampar tantas lutas em 2025.

Os RELTs e CREPs são um importante braço do sindicato, representando a categoria nos diversos locais de trabalho em todas as DREs, e também aqueles que já se aposentaram.

Em 2025 o CREP do SINESP teve participação fundamental na luta pelo descongela, contra a reforma administrativa e contra o afastamento dos diretores. Com atuação em reuniões com as DREs, participação em atos regionalizados e viagens para Brasília, o CREP do SINESP faz parte indispensável da luta do sindicato nas mais variadas instâncias.

Em 2026 não será diferente! Organize seu local de trabalho para eleger seus RELTs e participe das reuniões regionalizadas para eleger o CREP de 2026. As reuniões acontecerão logo no início de 2026, em fevereiro e março (veja os dias e DREs no site do SINESP).